

CARGOS	REMUNERAÇÃO	INSCRIÇÕES		ESCOLARIDADE
		INÍCIO:	10h, 03/06/2019	
		TÉRMINO:	14h, 26/06/2019	
ANALISTA JUDICIÁRIO	R\$ 12.455,30	R\$ 71,00		Superior Completo
TÉCNICO JUDICIÁRIO	R\$ 7.591,37	R\$ 61,00		Médio Completo

PROVAS:

Aplicação das Provas Objetivas/Discursivas:	Técnicos: MANHÃ
04/08/2019	Analistas: TARDE

Fundação Carlos Chagas

Caráter Eliminatório e Classificatório
DURAÇÃO: 4H 30MIN

DISCIPLINAS:

CARGOS	TIPO	PROVAS	Questões	PESO	Mínimo	
Analista Área Judiciária	Objetiva	P1 C.GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Português • Raciocínio Lógico 	16 4	1	50%
		C.ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • D. Administrativo • D. Constitucional • D. Civil • D. Processual Civil • D. Penal • D. Processual Penal • D. Tributário • D. Previdenciário 	30	2	50%
	Discursiva	Estudo de Caso (Conhecimentos Específicos)		2	1	Nota 5
Analista Jud. Oficial de Justiça Avaliador Federal	Objetiva	P1 C.GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Português • Raciocínio Lógico 	16 4	1	50%
		C.ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • D. Administrativo • D. Constitucional • D. Processual Civil • D. Penal • D. Processual Penal 	30	2	50%
	Discursiva	Estudo de Caso (Conhecimentos Específicos)		2	1	Nota 5
Técnico Judiciário Área Administrativa	Objetiva	P1 C.GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Português • Raciocínio Lógico 	14 6	1	50%
		C.ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • D. Administrativo • D. Constitucional • D. Processual Civil • D. Processual Penal • D. Previdenciário • D. Tributário 	30	2	50%
	Discursiva	REDAÇÃO (Assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos)		1	1	Nota 5

PROVA DISCURSIVA

Cargos/ Áreas/ Especialidades	Leste – PR		Sede da Seccional - RS		Sede da Seccional - SC		Demais 16 Microrregiões (*) – n°s para cada uma delas	
	GERAL	COTA NEGROS (**)	GERAL	COTA NEGROS (**)	GERAL	COTA NEGROS (**)	GERAL	COTA NEGROS (**)
	Número de Habilitados e mais bem classificados até a posição							
Analista Área Judiciária	200	40	200	40	200	40	50	10
Analista Jud. Oficial de Justiça Avaliador Federal	50	10	50	10	50	10	-	-
Técnico Judiciário Área Administrativa	200	40	200	40	200	40	80	16

(*) PR – Central, Norte, Oeste e Noroeste; RS – Fronteira, Central, Sul, Metropolitana, Serra, Nordeste e Noroeste; SC – Nordeste, Vale do Itajaí, Sul, Central e Oeste.

(**) Para fins de reservas de vagas para candidatos negros, serão convocados os candidatos até as posições indicadas no quadro acima, desconsiderados os candidatos que obtiverem nota para integrar a listagem geral.

PROVA DE ESTUDO DE CASO (Analista Judiciário)

Cargos/Áreas/ Especialidades	Questão 1	Questão 2
Analista Área Judiciária	Direito Previdenciário	Direito Administrativo
Analista Jud. Oficial de Justiça Avaliador Federal	Direito Processual Civil	Direito Processual Penal

PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO (Técnico Judiciário)

Cargos/Áreas/ Especialidades	Texto Dissertativo-Argumentativo
Técnico Judiciário Área Administrativa	Assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital.

CONHECIMENTOS GERAIS

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – sem especialidade (1) e
ANALISTA JUDICIÁRIO – Área Judiciária – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL (2)

PORTUGUÊS

- Interpretação de texto.
- Argumentação.
- Pressupostos e subentendidos.
- Níveis de linguagem.
- Ortografia e acentuação.
- Articulação do texto: coesão e coerência.
- Classes de palavras.
- Sintaxe.
- Termos da oração.
- Processos de coordenação e subordinação.
- Discurso direto e indireto.
- Tempos, modos e vozes verbais.
- Flexão nominal e verbal.
- Concordância nominal e verbal.
- Regência nominal e verbal.
- Ocorrência da Crase.
- Pontuação.
- Equivalência e transformação de estruturas.
- Redação.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

- Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
- Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
- Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Administração pública: princípios básicos.
- Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.
- Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.
- Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista.
- Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005).
- Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.
- Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.
- Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.
- Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).
- Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.
- Responsabilidade extracontratual do Estado.
- Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).
- Lei nº 11.416/2006.
- Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores).
- Convênios administrativos.
- Pregão (Lei nº 10.520/2002).
- Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei Federal nº 12.462/2011).

- Organização político-administrativa: disposições gerais; bens e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; intervenção federal.
- Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos.
- Organização dos Poderes.
- Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
- Poder Legislativo: órgãos e atribuições; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais; Tribunais e Juizes dos Estados; Tribunais e Juizes do Trabalho; Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Advocacia; Defensoria Pública.
- Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica.
- Finanças Públicas: normas gerais; dos orçamentos.
- Ordem social: disposição geral; da seguridade social.

DIREITO CIVIL

- Lei.
- Eficácia da lei.
- Aplicação da lei no tempo e no espaço.
- Interpretação da lei.
- Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.
- Das Pessoas Naturais: Da Personalidade e Da Capacidade.
- Dos Direitos da Personalidade.
- Das pessoas jurídicas.
- Domicílio Civil.
- Bens.
- Dos Fatos Jurídicos: Dos negócios jurídicos; Dos atos jurídicos lícitos.
- Dos Atos Ilícitos.
- Prescrição e decadência.
- Do Direito das Obrigações.
- Dos Contratos: Das Disposições Gerais; Da Compra e Venda; Da Prestação de Serviço; Do Mandato; Da Transação; Empreitada (cap.VIII do Título VI do CC).
- Da Responsabilidade Civil.
- Do Penhor, Da Hipoteca e Da Anticrese.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Princípios fundamentais.
- Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular; ação civil pública.
- Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade; arguição de descumprimento de preceito fundamental; súmula vinculante; repercussão geral.
- Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Código de Processo Civil - Lei Federal nº 13.105/2015 e alterações e legislações especiais.
- Princípios gerais do processo civil.
- Fontes.
- Lei processual civil.
- Eficácia.
- Aplicação.
- Interpretação.
- Direito Processual Intertemporal.
- Critérios.
- Jurisdição.
- Conceito.
- Característica.
- Natureza jurídica.
- Princípios.
- Limites.
- Competência.
- Critérios determinadores.
- Competência originária dos Tribunais Superiores.
- Competência absoluta e relativa.
- Modificações.
- Meios de declaração de incompetência.
- Conflitos de competência e de atribuições.
- Direito de ação.
- Elementos.
- Condições.
- Classificação e critérios identificadores.
- Concurso e cumulação de ações.
- Conexão e continência.
- Processo: Noções gerais.
- Relação Jurídica Processual.
- Pressupostos Processuais.
- Processo e procedimento.
- Espécies de processos e de procedimentos.
- Objeto do processo.
- Mérito.
- Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.
- Sujeitos Processuais.
- Juiz.
- Mediadores e Conciliadores.
- Princípios.
- Poderes.
- Deveres.
- Responsabilidades.
- Impedimentos e Suspeição.
- Organização judiciária federal e estadual.
- Sujeitos Processuais.
- Partes e Procuradores.
- Capacidade e Legitimação.
- Representação e Substituição Processual.
- Litisconsórcio.
- Da Intervenção de Terceiros.
- Da Assistência.
- Da Denúnciação da Lide.
- Do Chamamento ao Processo.
- Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- Do Amicus Curiae.
- Advogado.
- Ministério Público.
- Auxiliares da Justiça.
- A Advocacia Pública.
- Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.
- Atos processuais.
- Forma.
- Tempo.
- Lugar.
- Prazos.
- Comunicações.
- Nulidades.
- Procedimento comum.
- Aspectos Gerais.
- Fases.
- Petição inicial.
- Requisitos.
- Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido.
- Resposta do réu.
- Prazos e preclusão.
- Prescrição.
- Revelia.
- Formação, suspensão e extinção do processo.
- Contestação.
- Reconvenção.
- Das Providências preliminares e do Saneamento.
- Julgamento conforme o estado do processo.
- Provas.
- Audiências.
- Conciliação e Mediação.
- Instrução e julgamento.
- Distribuição do ônus da prova.
- Fatos que independem de prova.
- Depoimento pessoal.
- Confissão.
- Prova documental.
- Exibição de documentos ou coisas.
- Prova testemunhal.
- Prova pericial.
- Inspeção judicial.
- Exame e valoração da prova.
- Produção Antecipada de Provas.
- Da Tutela Provisória: Tutelas de Urgência e de Evidência.
- Fungibilidade.
- Princípios Gerais.
- Protesto, notificação e interpelação.
- Arresto.
- Sequestro.
- Caução.
- Busca e Apreensão.
- Exibição.
- Justificação.
- Sentença.
- Conceito.
- Classificações.
- Requisitos.
- Efeitos.

- Publicação, intimação, correção e integração da sentença.
- Do cumprimento da Sentença.
- Coisa julgada.
- Conceito.
- Espécies.
- Limites.
- Remessa Necessária.
- Meios de impugnação à sentença.
- Ação rescisória.
- Recursos.
- Disposições Gerais.
- Apelação.
- Agravos.
- Embargos de Declaração.
- Embargos de Divergência.
- Recurso Ordinário.
- Recurso Especial.
- Recurso Extraordinário.
- Recursos nos Tribunais Superiores.
- Reclamação e correição.
- Repercussão geral.
- Súmula vinculante.
- Recursos repetitivos.
- Liquidação de Sentença.
- Espécies.
- Procedimento.
- Cumprimento da sentença.
- Procedimento.
- Impugnação.
- Processo de Execução.
- Princípios gerais.
- Espécies.
- Execução contra a Fazenda Pública.
- Execução de obrigação de fazer e de não fazer.
- Execução por quantia certa.
- Embargos de Terceiros.
- Exceção de pré-executividade.
- Remição.
- Suspensão e extinção do processo de execução.
- Procedimentos Especiais.
- Generalidades.
- Características.
- Espécies.
- Ação de Consignação em Pagamento.
- Ação Monitória.
- Ação de Exigir Contas.
- Ações Possessórias.
- Restauração de autos.
- Ação Popular.
- Ação Civil Pública.
- Aspectos processuais.
- Mandado de Segurança.
- Mandado de Injunção.
- Mandado de Segurança Coletivo.
- O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade.
- Dos Juizados Especiais Federais: Lei nº 10.259/01.
- Dos Juizados Especiais Cíveis: Lei nº 9.099/95.
- Lei nº 11.419/2006 – Lei do Processo Judicial Eletrônico

DIREITO PENAL

- Princípios de Direito Penal.
- Aplicação da lei penal.
- Crime.
- Imputabilidade penal.
- Concurso de pessoas.
- Penas: Espécies de pena.
- Regimes de pena.
- Substituições da pena.
- Ação penal.
- Extinção da punibilidade.
- Crimes contra o patrimônio: do furto, do roubo, da apropriação indébita, do estelionato e outras

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Inquérito Policial: Natureza, Início e Dinâmica.
- Da competência: territorial, absoluta e relativa.
- Competência por prerrogativa de função.
- Exceções.
- Restituição das Coisas Apreendidas.
- Medidas Assecuratórias.
- Da prova.

- fraudes; dos crimes contra a fé pública: da moeda falsa, da falsidade de títulos e outros papéis públicos, da falsidade documental; Dos crimes praticados por funcionário público e por particular contra a Administração em geral; dos crimes contra a Administração da justiça.
- Crimes contra a ordem tributária e econômica (Lei nº 8.137/1990).
- Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998).
- Crimes de licitações (Lei nº 8.666/93).
- Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998).
- Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013).
- Da busca e apreensão.
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória.
- Das citações e intimações.
- Da sentença.
- Da instrução criminal.
- Das nulidades.
- Dos recursos em geral.
- Habeas Corpus.
- Da execução penal.
- Juizados Especiais Federais Criminais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- Normas gerais de Direito Tributário.
 - Fontes do Direito Tributário.
 - Norma tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração.
 - Tributo: conceito, natureza jurídica e espécies.
 - Hipótese de incidência: conceito e aspectos.
 - Fato gerador.
 - Obrigações tributárias: conceito e espécies, sujeitos ativo e passivo.
 - Obrigação principal e acessória.
 - Crédito tributário: conceito, natureza, lançamento, modalidades e revisão do lançamento, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.
 - Responsabilidade tributária.
 - O Sistema Tributário Nacional: limitações constitucionais ao poder de tributar, imunidade tributária, competência tributária, tributos federais.
 - Administração tributária.
 - Garantias e privilégios do crédito tributário.
 - Processo Tributário.
 - Cobrança da dívida ativa.
-

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- Seguridade social: origem e evolução legislativa no Brasil; conceito; organização e princípios constitucionais.
 - Aspectos Constitucionais da Previdência Social (arts. 201 e 202 da CF de 1988).
 - Da organização da assistência social: Lei nº 8742/93 e alterações.
 - Dos regimes de previdência social existentes.
 - Regime Geral da Previdência Social: beneficiário, benefícios em espécie e custeio (Leis nº 8.212/91, 8.213/91 e alterações).
 - Decreto 3048/1991 que aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.
 - Previdência Social do Servidor Público: noções gerais, benefícios e custeio.
 - Regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências: Lei nº 9717/1998 e alterações.
 - Previdência Complementar (Lei Complementar nº 109/2001).
 - Relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar (Lei Complementar nº 108/2001).
 - Lei nº 12.618/2012 e alterações (Regime de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais)
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA JUDICIÁRIO – Área Judiciária – Especialidade OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL (2)

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Administração pública: princípios básicos.
- Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.
- Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.
- Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista.
- Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005).
- Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.
- Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.
- Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.
- Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).
- Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.
- Responsabilidade extracontratual do Estado.
- Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).
- Lei nº 11.416/2006.
- Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores).
- Convênios administrativos.
- Pregão (Lei nº 10.520/2002).
- Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei Federal nº 12.462/2011).
- Intervenção do Estado na propriedade: modalidades.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Princípios fundamentais.
- Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular; ação civil pública.
- Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade; arguição de descumprimento de preceito fundamental; súmula vinculante; repercussão geral.
- Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos.
- Organização político-administrativa: disposições gerais; bens e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; intervenção federal.
- Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos.
- Organização dos Poderes.
- Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
- Poder Legislativo: órgãos e atribuições; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Tribunais e Juízes dos Estados; Tribunais e Juízes do Trabalho; Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Advocacia; Defensoria Pública.
- Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica.
- Finanças Públicas: normas gerais; dos orçamentos.
- Ordem social: disposição geral; da seguridade social.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Código de Processo Civil - Lei Federal nº 13.105/2015 e alterações e legislações especiais.
- Princípios gerais do processo civil.
- Fontes.
- Lei processual civil.
- Eficácia.
- Aplicação.
- Interpretação.
- Direito Processual Intertemporal.
- Critérios.
- Jurisdição.
- Conceito.
- Característica.
- Natureza jurídica.
- Princípios.
- Limites.
- Competência.
- Critérios determinadores.
- Competência originária dos Tribunais Superiores.
- Competência absoluta e relativa.
- Modificações.
- Meios de declaração de incompetência.
- Conflitos de competência e de atribuições.
- Direito de ação.
- Elementos.
- Condições.
- Classificação e critérios identificadores.
- Concurso e cumulação de ações.
- Conexão e continência.
- Processo: Noções gerais.
- Relação Jurídica Processual.
- Pressupostos Processuais.
- Processo e procedimento.
- Espécies de processos e de procedimentos.
- Objeto do processo.
- Mérito.
- Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.
- Sujeitos Processuais.
- Juiz.
- Mediadores e Conciliadores.
- Princípios.
- Poderes.
- Deveres.
- Responsabilidades.
- Impedimentos e Suspeição.
- Organização judiciária federal e estadual.
- Sujeitos Processuais.
- Partes e Procuradores.
- Capacidade e Legitimação.
- Representação e Substituição Processual.
- Litisconsórcio.
- Da Intervenção de Terceiros.
- Da Assistência.
- Da Denúnciação da Lide.
- Do Chamamento ao Processo.
- Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- Do Amicus Curiae.
- Advogado.
- Ministério Público.
- Auxiliares da Justiça.
- A Advocacia Pública.
- Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.
- Atos processuais.
- Forma.
- Tempo.
- Lugar.
- Prazos.
- Comunicações.
- Nulidades.
- Procedimento comum.
- Aspectos Gerais.
- Fases.
- Petição inicial.
- Requisitos.
- Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido.
- Resposta do réu.
- Prazos e preclusão.
- Prescrição.
- Revelia.
- Formação, suspensão e extinção do processo.
- Contestação.
- Reconvenção.
- Das Providências preliminares e do Saneamento.
- Julgamento conforme o estado do processo.
- Provas.
- Audiências.
- Conciliação e Mediação.
- Instrução e julgamento.
- Distribuição do ônus da prova.
- Fatos que independem de prova.
- Depoimento pessoal.
- Confissão.
- Prova documental.
- Exibição de documentos ou coisas.
- Prova testemunhal.
- Prova pericial.
- Inspeção judicial.
- Exame e valoração da prova.
- Produção Antecipada de Provas.
- Da Tutela Provisória: Tutelas de Urgência e de Evidência.
- Fungibilidade.
- Princípios Gerais.
- Protesto, notificação e interpelação.
- Arresto.
- Sequestro.
- Caução.
- Busca e Apreensão.
- Exibição.
- Justificação.
- Sentença.
- Conceito.
- Classificações.
- Requisitos.
- Efeitos.
- Publicação, intimação, correção e integração da sentença.

- Do cumprimento da Sentença.
- Coisa julgada.
- Conceito.
- Espécies.
- Limites.
- Remessa Necessária.
- Meios de impugnação à sentença.
- Ação rescisória.
- Recursos.
- Disposições Gerais.
- Apelação.
- Agravos.
- Embargos de Declaração.
- Embargos de Divergência.
- Recurso Ordinário.
- Recurso Especial.
- Recurso Extraordinário.
- Recursos nos Tribunais Superiores.
- Reclamação e correição.
- Repercussão geral.
- Súmula vinculante.
- Recursos repetitivos.
- Liquidação de Sentença.
- Espécies.
- Procedimento.
- Cumprimento da sentença.
- Procedimento.
- Impugnação.
- Processo de Execução.
- Princípios gerais.
- Espécies.
- Execução contra a Fazenda Pública.
- Execução de obrigação de fazer e de não fazer.
- Execução por quantia certa.
- Embargos de Terceiros.
- Exceção de pré-executividade.
- Remição.
- Suspensão e extinção do processo de execução.
- Procedimentos Especiais.
- Generalidades.
- Características.
- Espécies.
- Ação de Consignação em Pagamento.
- Ação Monitória.
- Ação de Exigir Contas.
- Ações Possessórias.
- Restauração de autos.
- Ação Popular.
- Ação Civil Pública.
- Aspectos processuais.
- Mandado de Segurança.
- Mandado de Injunção.
- Mandado de Segurança Coletivo.
- O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade.
- Dos Juizados Especiais Federais: Lei nº 10.259/2001.
- Dos Juizados Especiais Cíveis: Lei nº 9.099/1995.
- Lei nº 11.419/2006 – Lei do Processo Judicial Eletrônico.

DIREITO PENAL

- Princípios de Direito Penal.
- Aplicação da lei penal.
- Crime.
- Imputabilidade penal.
- Concurso de pessoas.
- Penas: Espécies de pena.
- Regimes de pena.
- Substituições da pena.
- Ação penal.
- Extinção da punibilidade.
- Crimes contra o patrimônio: do furto, do roubo, da apropriação indébita, do estelionato e outras fraudes; dos crimes contra a fé pública: da moeda falsa, da falsidade de títulos e outros papéis públicos, da falsidade documental; Dos crimes praticados por funcionário público e por particular contra a Administração em geral; dos crimes contra a Administração da justiça.
- Crimes contra a ordem tributária e econômica (Lei nº 8.137/1990).
- Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998).
- Crimes de licitações (Lei nº 8.666/1993).
- Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998).
- Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Inquérito Policial: Natureza, Início e Dinâmica.
- Da competência: territorial, absoluta e relativa.
- Competência por prerrogativa de função.
- Exceções.
- Restituição das Coisas Apreendidas.
- Medidas Assecuratórias.
- Da prova.
- Da busca e apreensão.
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória.
- Das citações e intimações.
- Da sentença.
- Da instrução criminal.
- Das nulidades.
- Dos recursos em geral.
- Habeas Corpus.
- Da execução penal.
- Juizados Especiais Federais Criminais.

CONHECIMENTOS GERAIS

Todos os CARGOS TÉCNICOS JUDICIÁRIOS – todas as áreas

PORTUGUÊS

- Interpretação de texto.
- Argumentação.
- Pressupostos e subentendidos.
- Níveis de linguagem.
- Ortografia e acentuação.
- Articulação do texto: coesão e coerência.
- Classes de palavras.
- Sintaxe.
- Termos da oração.
- Processos de coordenação e subordinação.
- Discurso direto e indireto.
- Tempos, modos e vozes verbais.
- Flexão nominal e verbal.
- Concordância nominal e verbal.
- Regência nominal e verbal.
- Ocorrência da Crase.
- Pontuação.
- Equivalência e transformação de estruturas.
- Redação.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

- Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas.
- Frações e operações com frações.
- Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas.
- Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
- Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
- Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TÉCNICO JUDICIÁRIO – Área ADMINISTRATIVA (5)

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- Princípios básicos da Administração Pública.
- Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista.
- Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.
- Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.
- Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.
- Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.
- Licitações (Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores): das disposições gerais; da licitação; dos contratos; das disposições gerais das sanções administrativas, das sanções administrativas.
- Pregão (Lei nº 10.520/2002).
- Responsabilidade extracontratual do Estado.
- Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).
- Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- A Constituição.
- Conceito.
- Classificação.
- O Constitucionalismo.
- Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988.
- Direitos e Garantias Fundamentais.
- Direitos e deveres individuais e coletivos.
- Direitos sociais.
- Da nacionalidade.
- Direitos políticos.
- Organização do Estado.
- Administração pública.
- Servidores públicos civis e militares.
- Organização dos Poderes.
- Atribuições e competência do Congresso Nacional.
- Competências privativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- Processo Legislativo.
- Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- Poder Executivo.
- Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
- Poder Judiciário.
- Órgãos.
- Garantia dos Magistrados.
- Competência dos Tribunais.
- Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais.
- Da jurisdição e da ação.
- Da competência: disposições gerais; da modificação da competência; da incompetência.
- Da cooperação nacional.
- Das partes e dos procuradores: da capacidade processual; dos deveres das partes e de seus procuradores.
- Dos procuradores.
- Do litisconsórcio.
- Da intervenção de terceiros.
- Do juiz: poderes, deveres, responsabilidade; impedimento e suspeição.
- Auxiliadores da justiça.
- Atos processuais: forma, tempo e lugar.
- Prazos.
- Da citação, da intimação, das cartas.
- Nulidades processuais.
- Da tutela provisória.
- Formação, suspensão e extinção do processo.
- Do procedimento comum: disposições gerais; da petição inicial; da improcedência liminar do pedido;
- Dos Juizados Especiais Cíveis: Lei nº 9.099/1995.

- da audiência de conciliação ou de mediação; da contestação; da reconvenção; da revelia; das providências preliminares e do saneamento; do julgamento conforme o estado do processo: julgamentos antecipado do mérito e antecipado parcial do mérito; da audiência de instrução e julgamento.
- Das provas.
- Da sentença e da coisa julgada.
- Liquidação de sentença.
- Cumprimento de sentença e sua impugnação.
- Ações possessórias.
- Ação monitória.
- Ação de exibir contas.
- Inventário e partilha.
- Execução: disposições gerais, espécies, suspensão e extinção.
- Embargos do devedor.
- Embargos de terceiro.
- Ação de desapropriação.
- Ação popular.
- Mandado de segurança individual e coletivo.
- Ação civil pública.
- Dos Juizados Especiais Federais: Lei nº 10.259/2001.
- Lei nº 11.419/2006 – Lei do Processo Judicial Eletrônico.
- A competência penal da Justiça Federal: STF, STJ, TRFs, Justiça Federal e Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/2001 e alterações).

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Ação Penal: Ação Penal Pública e Privada.
- A Denúncia.
- A Representação, A Queixa, A Renúncia, O Perdão.
- Sujeitos do processo: Juiz, Acusador, Ofendido, Defensor, Assistente, Curador do réu menor, Auxiliar da Justiça.
- Atos Processuais: Forma, Lugar, Tempo (prazo, contagem), Comunicações Processuais (citação, notificação, intimação).
- Prisão: temporária, em flagrante, preventiva, decorrente de sentença condenatória.
- Liberdade Provisória e Fiança.
- Atos Jurisdicionais: despachos, decisões interlocutórias e sentença (conceito, publicação, intimação, efeitos).
- Dos Recursos em geral: Disposições Gerais, Da Apelação, Do Recurso em Sentido Estrito.
- Do Habeas Corpus.
- Do Mandado de Segurança.
- Crimes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998).

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- Da Seguridade Social: Disposições Gerais, Da Previdência Social, Da Assistência Social – artigos 194, 195, 201, 202, 203 e 204 da Constituição da República.
- Lei nº 8.212/1991.
- Lei nº 8.213/1991.

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

- Da Tributação: Do Sistema Tributário Nacional, Dos Princípios Gerais, Das Limitações do Poder de Tributar, Dos Impostos da União - artigos 145 a 154 da Constituição da República.
- Obrigação Tributária.
- Crédito Tributário - artigos 113 a 193 do Código Tributário Nacional.